

- Cada um dos itens da prova objetiva  $P_1$  está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção da sua prova objetiva  $P_1$ .
- Nos itens que avaliem **conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

## PROVA OBJETIVA $P_1$ -- CONHECIMENTOS GERAIS --

### Texto CG1A1

Em um mundo que corre contra o relógio para descarbonizar a economia e conter o avanço das mudanças climáticas, medir e reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE) das atividades diretas dos negócios está longe de ser suficiente. Na maioria dos setores, é na cadeia de valor que acontece a maior parte das emissões, ou seja, fora do “muro” das fábricas, dos escritórios e de outros negócios. Isso inclui as operações dos fornecedores, até mesmo os pequenos, e o modo como os clientes usam um produto ou serviço.

Fazer o diagnóstico da pegada de carbono de toda a cadeia e agir para reduzi-la está na ordem do dia. Não só porque é a coisa certa a se fazer, mas porque o mundo caminha para exigir das empresas que se responsabilizem pelo que acontece em sua cadeia de valor.

O Acordo de Paris e outras iniciativas internacionais reforçaram o compromisso de países e empresas de reduzirem suas emissões para limitar o aquecimento global a uma temperatura de 1,5 °C a 2 °C acima dos níveis pré-industriais até 2100. Além disso, muitos países estão introduzindo regulamentações e padrões de sustentabilidade que exigem uma abordagem mais abrangente para medir emissões de carbono.

A União Europeia (UE), por exemplo, estabeleceu uma série de metas e compromissos de redução de emissões para seus Estados-membros. Um dos objetivos é a redução das suas emissões de GEE em pelo menos 40% até 2030, em comparação com os níveis de 1990.

Além disso, o impacto ambiental das marcas é cada vez mais considerado pelos consumidores ao redor do mundo. A pesquisa Future Consumer Index, da consultoria Ernest&Young, realizada com 21.000 entrevistados de 27 países, evidencia essa percepção. Entre os brasileiros, por exemplo, 73% se declararam profundamente preocupados com a fragilidade do planeta. A falta de informação, transparência e padronização, no entanto, também continua sendo um desafio mencionado pelos consumidores, que ainda não enxergam o impacto das escolhas que fazem para o meio ambiente quando compram um produto.

Dessa forma, a pegada de carbono de um produto torna-se um fator relevante de atenção da indústria. Além da preocupação ambiental e regulatória, esse tema se tornou uma questão de mercado. Entender como as emissões de GEE ganharam destaque na mesa de discussões de presidentes e diretores-executivos é importante para compreender como o tema foi ganhando força nas últimas décadas.

De acordo com as ideias veiculadas no texto CG1A1, julgue os itens que se seguem.

- 1 Conclui-se da leitura do texto que atualmente os consumidores se interessam pelas práticas de sustentabilidade das marcas cujos produtos eles consomem.
- 2 Segundo o texto, as emissões de GEE decorrentes das atividades diretas dos negócios determinam o nível das emissões de GEE das atividades que integram a cadeia de valor.
- 3 No texto, a iniciativa da UE é destacada como exemplo de um dos compromissos mais efetivos já firmados, em nível mundial, com relação à redução das emissões de GEE.
- 4 Depreende-se do texto que as operações dos fornecedores e o modo como os clientes usam um produto ou serviço provocam no meio ambiente, no que concerne à emissão de GEE, impacto equivalente ao causado pelas atividades diretas dos negócios.
- 5 Infere-se da leitura do texto a existência de uma tendência mundial de responsabilização das empresas pelos impactos ambientais de sua cadeia de valor.
- 6 Consoante as informações do texto, a UE visa alcançar, em 2030, um nível de emissões de GEE correspondente a 40% do total de emissões de GEE verificado no ano de 1990.
- 7 De acordo com o texto, os esforços das iniciativas internacionais objetivam que o aquecimento global, até o ano de 2100, não ultrapasse em mais de 2 °C as temperaturas pré-industriais.

A respeito de aspectos linguísticos do texto CG1A1 e do vocabulário nele empregado, julgue os próximos itens.

- 8 A correção gramatical e a coerência das ideias do texto seriam mantidas caso se substituísse o vocábulo “que” (primeiro período do primeiro parágrafo) por **onde se**.
- 9 No primeiro período do primeiro parágrafo, as orações construídas com as formas verbais “descarbonizar”, “conter”, “medir” e “reduzir” são coordenadas entre si e exercem a mesma função sintática.
- 10 O trecho “é na cadeia de valor que acontece a maior parte das emissões” (segundo período do primeiro parágrafo) poderia ser reescrito, mantendo-se a correção gramatical e a coerência do texto, da seguinte forma: **a maior parte das emissões acontece na cadeia de valor**.
- 11 No primeiro período do segundo parágrafo, a forma pronominal presente em “reduzi-la” refere-se à pegada de carbono da cadeia de valor dos negócios.
- 12 A correção gramatical do texto seria mantida caso a forma verbal “está” (primeiro período do segundo parágrafo) fosse flexionada no plural — **estão**.
- 13 É facultativo o emprego do artigo definido masculino — o — após o vocábulo “pelo” (segundo período do segundo parágrafo).

- 14 No último período do quinto parágrafo, a substituição da palavra “impacto” por **efeito** não comprometeria a coerência das ideias do texto.
- 15 Caso a palavra “como”, em “Entender como as emissões de GEE ganharam destaque” (último período do texto), fosse substituída por **por que**, o sentido do texto seria alterado, mas não seriam prejudicadas a correção gramatical nem a coerência das ideias do texto.
- 16 No trecho “de reduzirem suas emissões” (primeiro período do terceiro parágrafo), a substituição da preposição “de” pela preposição **a** manteria a correção gramatical do texto.
- 17 A alteração do trecho “de 1,5 °C a 2 °C” (primeiro período do terceiro parágrafo) para **à até 2 °C** prejudicaria a correção gramatical do texto.
- 18 Sem prejuízo das ideias originais e da correção gramatical do texto, o quarto parágrafo poderia ser reescrito em um único período, da seguinte forma: **A União Europeia (UE), por exemplo, estabeleceu, para seus Estados-membros, metas e compromissos de redução de emissões, entre cujos objetivos se inclui a redução das suas emissões de GEE em, pelo menos, 40% até 2030, em comparação aos níveis de 1990.**
- 19 No primeiro período do último parágrafo, a palavra “relevante” está empregada com o mesmo sentido de **notório**.
- 20 No trecho “A falta de informação, transparência e padronização, no entanto, também continua sendo um desafio” (último período do quinto parágrafo), a correção gramatical seria mantida caso o segmento “no entanto” fosse deslocado para o início do período, da seguinte forma: **No entanto, a falta de informação, transparência e padronização, também continua sendo um desafio.**

Um edital de pregão eletrônico foi aberto por determinado órgão público com vistas à seleção de propostas para a aquisição de material de consumo mediante registro de preços. O auditor responsável pelo exame preliminar do referido edital escolheu, em sua busca por possíveis inconformidades, 10 itens da licitação, tendo obtido os seguintes indicadores de sobrepreço por item ( $X$ , em R\$):

item examinado	indicador de sobrepreço ( $X$ , em R\$)
1	1
2	3
3	0
4	0
5	0
6	2
7	5
8	4
9	3
10	3

A partir das informações presentes na situação hipotética apresentada, julgue os itens que se seguem.

- 21 O desvio padrão amostral de  $X$  é inferior a R\$ 2,00.
- 22 A moda de  $X$  é igual a R\$ 5,00.
- 23 O valor da mediana amostral dos indicadores de sobrepreço é igual a R\$ 2,50.

Considerando que um relator receba um lote de 100 processos, sendo 20 de prestação de contas anuais e 80 de tomada de contas especial e que, para instrução, a unidade técnica distribua esses 100 processos para 5 auditores ( $A, B, C, D$  e  $E$ ), de forma completamente aleatória, mediante sorteio eletrônico, de modo que cada auditor receba 20 diferentes processos para análise, julgue os seguintes itens.

- 24 A probabilidade de o auditor  $A$  receber pelo menos um processo de prestação de contas anuais é inferior a 0,50.
- 25 A probabilidade de o auditor  $A$  receber exatamente 5 processos de prestação de contas anuais é igual a 0,25.
- 26 A probabilidade de dois auditores não receberem processos de tomada de contas especial é igual a zero.

Considere que as seguintes proposições se refiram ao processo  $X$ , em instrução em determinado tribunal.

- $P$ : “O relatório técnico de  $X$  foi consolidado.”  
 $Q$ : “Todas as notas técnicas de  $X$  foram assinadas.”  
 $R$ : “O parecer preliminar de  $X$  foi emitido.”  
 $H$ : “ $X$  foi classificado como de alto risco.”  
 $S$ : “ $X$  sinaliza indício de sobrepreço.”  
 $A$ : “Ana auditará  $X$ .”  
 $B$ : “Bruno auditará  $X$ .”  
 $C$ : “Carla auditará  $X$ .”

Considere também as seguintes premissas relacionadas ao processo  $X$ :

- $P \rightarrow \wedge Q$
- $P \vee H \rightarrow R$
- $S \rightarrow (B \vee C)$
- $B \rightarrow \neg A$
- Fatos observados para  $X$ :  $H$  é verdadeiro;  $S$  é verdadeiro.

Com base nessas considerações, julgue os itens subsequentes.

- 27 Das premissas propostas é correto concluir que, se Ana não auditar  $X$ , então Carla o auditará.
- 28 Para o processo  $X$ , a proposição  $\neg(P \rightarrow Q) \vee R$  é verdadeira.

Julgue os itens subsequentes, relativos ao sistema operacional Windows, à computação em nuvem e aos conceitos de Internet e intranet.

- 29 Computação em nuvem é uma plataforma ou estilo de computação que permite acesso remoto a recursos compartilhados de forma dinâmica e escalável, geralmente via Internet.
- 30 *Firewall*, antivírus e localizar arquivos, programas e configurações são recursos básicos do ambiente Windows.
- 31 Na barra de tarefas do ambiente Windows, é possível acessar os programas e as configurações, além de desligar/ligar o computador.
- 32 A *intranet*, apesar de ter os mesmos protocolos da Internet, é uma rede mais restrita, localizada dentro de uma organização.

Acerca de segurança da informação, noções de *malware*, *firewall* e procedimentos de *backup*, julgue os itens a seguir.

- 33 A instalação de um antivírus no computador garante proteção contra um *malware*.
- 34 Um *backup* do tipo total copia todos os arquivos para restaurá-los em caso de perda dos dados originais.
- 35 A criptografia, o *backup* regular e a classificação da informação são os principais procedimentos a se realizar para garantir o controle de acesso da informação.
- 36 O *firewall* é um dispositivo de rede que regula o tráfego entre as redes interna e externa, filtrando pacotes e impedindo acessos não autorizados.

Com base na Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), especialmente no que se refere às transferências voluntárias e à dívida pública, julgue os itens a seguir.

- 37** A transferência voluntária de recursos de um ente federativo para outro exige, entre outros requisitos, comprovação de que o beneficiário está em dia com tributos e obrigações financeiras perante o ente transferidor, independentemente da observância de limites constitucionais mínimos de aplicação em saúde e educação.
- 38** É admitida a utilização de recursos recebidos por transferência voluntária para finalidade diversa da pactuada, desde que o novo destino também esteja relacionado ao interesse público.
- 39** Integram a dívida pública consolidada as obrigações financeiras assumidas pelo ente da Federação com prazo superior a doze meses, bem como as operações de crédito de prazo inferior, desde que as receitas destas constem do orçamento.

A respeito das impugnações, dos pedidos de esclarecimento e dos recursos no âmbito das licitações, julgue os próximos itens, de acordo com a Lei n.º 14.133/2021.

- 40** Qualquer interessado poderá impugnar edital de licitação até a véspera da abertura do certame, devendo a administração pública responder à impugnação em até 5 dias úteis.
- 41** Os recursos e pedidos de reconsideração apresentados no processo licitatório não possuem efeito suspensivo, salvo em caso de previsão expressa no edital.
- 42** Da decisão que habilita ou inabilita licitante cabe recurso, mas sua apreciação ocorre em fase única, não sendo admitida a interposição sucessiva de recursos hierárquicos sobre o mesmo ato.

O prefeito de um município do interior do Rio Grande do Sul apresentou as contas relativas ao exercício financeiro de certo ano ao TCE/RS. Após análise, o Tribunal emitiu parecer prévio conclusivo e fundamentado, em que concluiu pela rejeição das contas. As contas foram, então, encaminhadas à Câmara Municipal para julgamento.

A partir da situação hipotética apresentada, julgue os itens a seguir, com base na Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (Lei estadual n.º 11.424/2000).

- 43** O parecer prévio do TCE/RS deve conter apreciação geral e fundamentada, com análise das gestões contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional, a fim de fornecer subsídios à decisão da Câmara Municipal.
- 44** O parecer prévio emitido pelo TCE/RS tem natureza de recomendação, podendo ser afastado pela Câmara Municipal apenas mediante decisão de dois terços de seus membros.
- 45** A Câmara Municipal pode julgar as contas do prefeito mesmo sem a prévia emissão do parecer do TCE/RS, desde que haja maioria simples em plenário.

Acerca do controle exercido pelos tribunais de contas, consideradas suas competências constitucionais e legais, julgue os itens que se seguem.

- 46** As decisões dos tribunais de contas que resultarem em imputação de débito ou multa têm eficácia de título executivo extrajudicial, cabendo ao respectivo ente federativo promover a execução.
- 47** Os tribunais de contas exercem função jurisdicional, razão pela qual suas decisões não podem ser revistas pelo Poder Judiciário.
- 48** Os tribunais de contas podem sustar diretamente a execução de contratos administrativos irregulares celebrados pela administração pública, independentemente de prévia comunicação ao Poder Legislativo ou da concessão de prazo para saneamento das irregularidades constatadas.

Acerca do orçamento público, julgue os itens a seguir.

- 49** Por se tratar de despesa urgente e imprevisível, a abertura de crédito extraordinário em razão de calamidade pública em um estado da Federação pode ser realizada no âmbito da União por medida provisória, dispensada autorização legislativa prévia.
- 50** O princípio da anualidade, implícito na Constituição Federal de 1988, impede que leis orçamentárias contenham dotações plurianuais, razão por que o plano plurianual (PPA) não é considerado instrumento orçamentário, mas de planejamento.
- 51** O orçamento público, além de ser um instrumento de previsão da receita e de fixação da despesa, expressa uma dimensão político-jurídica, por se materializar em lei formal, e uma dimensão econômico-administrativa, por se constituir em plano de ação governamental.
- 52** No processo orçamentário, a lei de diretrizes orçamentárias (LDO), além de estabelecer metas e prioridades, dispõe sobre a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento e as condições para transferências voluntárias entre os entes federados.

A respeito da receita e da despesa pública, julgue os itens subsequentes.

- 53** O primeiro estágio da receita pública é a previsão, que compreende a estimativa do montante que se espera arrecadar no exercício, a qual é fixada na lei orçamentária anual (LOA).
- 54** Os atos que ensejam a criação ou o aumento de despesas públicas vinculadas ao serviço da dívida, classificadas como gastos correntes, deverão ser acompanhados de estimativas dos recursos necessários para seu custeio bem como da demonstração da origem desses recursos.
- 55** A dívida ativa limita-se aos créditos tributários da fazenda pública não quitados no prazo estabelecido e posteriormente inscritos em registro específico, após verificação de sua liquidez e certeza.
- 56** O superávit do orçamento corrente compõe as receitas correntes do governo e deve ser destinado exclusivamente ao pagamento dos juros da dívida pública.
- 57** Embora a lei orçamentária anual (LOA) deva conter o registro prévio da estimativa de arrecadação das receitas orçamentárias, a ausência desse registro não descaracteriza a natureza orçamentária dessas receitas, salvo nos casos de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária.

- 58** A classificação funcional do orçamento público consiste na organização das funções e das subfunções em que as despesas são realizadas, sendo de livre escolha pelos entes da Federação, que, se a adotarem, devem identificar, para cada programa, atividade, projeto e operação especial, as respectivas funções e subfunções nos três níveis de governo.
- 59** O empenho ordinário é utilizado quando se conhece previamente o valor exato da despesa e o pagamento ocorre de uma só vez, como na aquisição de um equipamento de informática à vista; o empenho global, por sua vez, aplica-se a despesas contratuais de valor previamente fixado, mas executadas de forma parcelada ao longo do exercício, como nos contratos de prestação de serviços de limpeza ou vigilância.
- 60** Os débitos de tesouraria, caracterizados pela necessidade de cobertura imediata de caixa, integram a dívida flutuante, ao passo que os financiamentos externos contratados por organismos internacionais, com prazos de amortização plurianuais, constituem dívida fundada.

A respeito das classificações da Constituição Federal de 1988 (CF), julgue os seguintes itens.

- 61** A CF é classificada, quanto à extensão, como sintética, por reunir e sintetizar os dogmas e as ideias fundamentais predominantes no momento de sua promulgação.
- 62** Quanto à rigidez, a CF classifica-se como semirrígida, em virtude do procedimento especial que se exige para sua alteração.
- 63** A CF classifica-se, quanto à origem, como promulgada, por ter sido elaborada por representantes eleitos pelo povo.

Em relação ao Poder Legislativo, julgue os próximos itens, conforme a CF e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF).

- 64** Ao Congresso Nacional compete a edição de lei complementar para fixar os subsídios do presidente e do vice-presidente da República.
- 65** Compete exclusivamente ao Congresso Nacional fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer de suas casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.
- 66** Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável, caso em que os autos serão remetidos à respectiva casa legislativa, para que nela se resolva sobre a prisão.
- 67** Em razão da imunidade parlamentar material, os congressistas não podem ser responsabilizados, civil ou penalmente, por suas opiniões, palavras e votos, independentemente da vinculação da manifestação com o exercício do mandato.

De acordo com as disposições da CF e a jurisprudência do STF em relação à administração pública, julgue os itens subsequentes.

- 68** Nos casos de acumulação de cargos, empregos e funções autorizados constitucionalmente, a incidência do teto remuneratório pressupõe a consideração de cada um dos vínculos formalizados, afastada a observância do teto remuneratório quanto ao somatório dos ganhos do agente público.
- 69** Sem previsão constitucionalmente adequada e instituída por lei, não é legítima a cláusula de edital de concurso público que restrinja a participação de candidato pelo simples fato de ele responder a inquérito ou ação penal.
- 70** A publicidade dos atos, dos programas, das obras, dos serviços e das campanhas dos órgãos públicos pode incluir nomes e imagens de autoridades, ainda que isso caracterize promoção pessoal.

Com base na Lei Complementar estadual n.º 10.098/1994, que dispõe sobre o estatuto e o regime jurídico único dos servidores públicos civis do estado do Rio Grande do Sul, julgue os itens a seguir.

- 71** É vedado ao servidor público civil do estado atuar como procurador junto a repartição pública, ainda que para tratar de benefícios previdenciários de parentes de primeiro grau.
- 72** Constitui dever funcional do servidor do estado manter atualizado o assentamento funcional no que diz respeito ao endereço residencial e à declaração de família, sendo passível de responsabilização administrativa o descumprimento desse dever.
- 73** É vedado ao servidor público do estado realizar, ainda que fora do horário de expediente, atividades político-partidárias, independentemente de sua localização, por configurar violação à neutralidade funcional.

Ricardo foi multado por órgão ambiental estadual em decorrência de determinada infração, tendo contestado a aplicação da multa por meio de recurso administrativo interposto no prazo legal. O recurso foi encaminhado à autoridade superior, que, ao reavaliá-lo, entendeu que a penalidade inicialmente aplicada havia sido menos severa que o esperado e cogitou agravá-la. Contudo, durante a tramitação recursal, surgiram novos elementos técnicos, com indícios de que Ricardo talvez não fosse o responsável direto pela infração.

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens que se seguem, com base na disciplina do processo administrativo.

- 74** Mesmo após o julgamento do recurso administrativo, a administração pública poderá revisar o processo de Ricardo, desde que haja novos fatos relevantes e que estes justifiquem a inadequação da penalidade anteriormente aplicada.
- 75** No julgamento do recurso administrativo interposto, é vedado à administração pública agravar a penalidade imposta, ainda que o recorrente seja previamente cientificado.

Julgue os itens seguintes, com relação à responsabilidade civil do Estado segundo o ordenamento jurídico brasileiro.

- 76** Caso um ato lícito do Estado cause dano anormal e específico a determinado indivíduo, o dever de indenizar se fundamenta no princípio da isonomia, e não no princípio da legalidade.
- 77** Como regra geral, adota-se a teoria do risco integral como fundamento para a responsabilidade civil objetiva do Estado, que somente é afastada em caso de comprovação de culpa exclusiva da vítima ou de terceiro, ou em caso de força maior.
- 78** A responsabilidade civil do Estado por omissão é, em regra, subjetiva, admitindo-se, entretanto, o reconhecimento da responsabilidade objetiva caso a omissão estatal viole um dever jurídico específico de agir previsto na ordem normativa, como ocorre na hipótese de morte de detento sob custódia do Estado.

A respeito dos poderes administrativos hierárquico e disciplinar, julgue os próximos itens.

- 79** A avocação de competência no âmbito da administração pública, quando exercida com fundamento no poder hierárquico, é admitida apenas de forma excepcional, sendo vedada nos casos em que implique reexame de decisão final já proferida por autoridade competente no processo administrativo.
- 80** O poder disciplinar autoriza a administração pública a aplicar penalidade de cassação de aposentadoria a servidor público que, embora já inativo, tenha cometido falta funcional grave durante o exercício do cargo, desde que observado o devido processo legal.

---

**Espaço livre**

---